

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

EVELYN MOREIRA DE OLIVEIRA

**PROGRAMA RENDA MELHOR JOVEM: SOB A PERSPECTIVA  
DO DIREITO SOCIOASSISTENCIAL**

RIO DE JANEIRO, 2015

EVELYN MOREIRA DE OLIVEIRA

**Programa Renda Melhor Jovem: Sob a perspectiva do direito socioassistencial**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Fátima Valéria Ferreira de Souza

RIO DE JANEIRO, 2015

EVELYN MOREIRA DE OLIVEIRA

**Programa Renda Melhor Jovem: Sob a perspectiva do direito  
socioassistencial**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Serviço Social da Escola de Serviço  
Social da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro como requisito parcial à obtenção do  
grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Fátima Valéria Ferreira de Souza  
Orientadora

---

Profa. Dra. Cecília Paiva Neto Cavalcanti

---

Profa. Dra. Ana Izabel Moura de Carvalho Moreira

*Dedico este trabalho aos meus pais Luiz Carlos e Marcia Gerly, a minha irmã Thayná e aos meus avôs Alis e Waldecy que foram essenciais para minha formação. Não posso esquecer-me de citar aqui a minha avó paterna Iracema de Oliveira (in memoriam) que com certeza estaria orgulhosa por esta vitória.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele nada disso seria possível. A Deus toda honra e glória deste momento.

Agradeço também aos meus pais, Luiz Carlos e Marcia por todo amor e carinho depositado ao longo da minha criação.

À minha irmã Thayná que, mesmo querendo apagar a luz do quarto nos meus momentos de estudo, sei que torceu para que tudo sempre desse certo.

Aos meus avôs, Alis e Waldecy, pelo carinho e afeto.

Agradeço ao meu namorado Rafael Jardim pelo incentivo, o carinho e principalmente pelo amor e paciência. Obrigada por ser meu amigo e estar comigo nesse momento da minha vida.

Aos queridos amigos da família, Margareth e Luiz (Xará), por fazerem parte dos momentos animados e descontraídos.

Aos tios, Agda e Jorge, pelo apoio.

À minha mais que orientadora, mas amiga e companheira de jogos do nosso Fluminense, Prof.<sup>a</sup> Dra. Fátima Valéria Ferreira de Souza pela paciência e apoio na construção deste trabalho.

Á todos os professores que muito contribuíram com a minha formação.

À minha supervisora, amiga e companheira, Verônica Cristina de Barros Ferreira, agradeço toda a paciência e empenho durante todo o meu processo de estágio.

Aos meus amigos do campo de estágio: Roberta Campello, Rodrigo Costa, Maria Carolina, Rosemary de Jesus, Jociara Santos, Sr. Luiz e Kelen Paula.

Aos meus queridos amigos acadêmicos: Larissa Lemos, Felipe Barbosa, Virgínia Braga, Luana Evaristo, Carolina Barauna, Júlia Kronemberger, Priscila Borges, Helena Ribeiro, Priscila Figueiredo, Bruna Mello, Pollyana Tuppan e Larissa Jane. E aos amigos construídos na vida, agradeço a paciência por terem entendido muitas vezes quando não pude me fazer presente.

## RESUMO

OLIVEIRA, Evelyn Moreira. **Programa Renda Melhor Jovem:** Sob a perspectiva do direito socioassistencial. Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso- Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objeto o Programa Renda Melhor Jovem. Programa implementado no Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Aponta como hipótese central que as dificuldades na divulgação comprometem o acesso e a adesão ao mesmo. Foi através da minha inserção no Projeto de Pesquisa e Extensão intitulado: Assistência Social e Inclusão Produtiva: Brasil Sem Miséria, Rio Sem Miséria, coordenado pela Professora Doutora Fátima Valéria Ferreira de Souza, que se tornou possível à realização desta análise.

Entendendo o Renda Melhor Jovem no campo da assistência social, o trabalho visa apresentar o direito à informação como elemento essencial para viabilizar o acesso. Assim, buscou averiguar os mecanismos de divulgação, bem como se os profissionais da assistência social e da educação, que lidam diariamente com os jovens, estão capacitados para disseminar a informação, critérios de adesão e permanência, para aqueles que não conhecem o Programa.

**Palavras-chave:** Assistência Social, Direito e Renda Melhor Jovem.

## **ABSTRACT**

OLIVEIRA, Evelyn Moreira. **Income Program Best Young**: From the perspective of social assistance law. Rio de Janeiro, 2015. Work Completion Course – School of Social Service, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, in 2015.

This Work Course Conclusion (TCC) is the object Income Program Best Young implemented in the state of Rio de Janeiro and as a central problem points to the still unsatisfactory disclosure about the same. It was through my inclusion in the Research and Extension Project entitled Social Assistance and Productive Inclusion: Brazil Without Poverty, Rio Without Poverty, coordinated by doctor teacher Fátima Valéria Ferreira de Souza, made possible this analysis.

In order to present the right to information as an essential element to facilitate access to Income Program Best Young, this study sought to ascertain what the disclosure mechanisms being used and the professionals who deal daily with young people are trained to answer questions or to even disseminate information to those unfamiliar with the program and its membership criteria and permanence.

**Keywords:** Social Work, Law and Income Best Young.



## **SIGLAS**

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSM – Brasil Sem Miséria

CADÚNICO - Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PRM – Programa Renda Melhor

PRMJ - Programa Renda Melhor Jovem

SEASDH - Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos

SEEDUC - Secretaria Estadual de Educação

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O DIREITO A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....</b>	<b>13</b>
1.1 Desconstrução da Política de Assistência Social como filantropia .....	13
1.2 A dimensão formal e material da Assistência Social.....	23
<b>CAPÍTULO 2 - O PROGRAMA RENDA MELHOR JOVEM.....</b>	<b>30</b>
2.1 Plano Federal Brasil Sem Miséria.....	30
2.2 Plano Estadual Rio Sem Miséria.....	35
2.3 Conhecendo a Estrutura do Programa Renda Melhor Jovem.....	37
2.4 Análise das dificuldades que permeiam o Programa Renda Melhor Jovem.....	40
2.5 Análise de melhorias para o Programa Renda Melhor Jovem.....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitula-se “Renda Melhor Jovem: sob a perspectiva do direito socioassistencial”. Apresenta-se como objeto deste estudo o Programa Renda Melhor Jovem, iniciado em 2011, coordenado pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos- SEASDH no Rio de Janeiro. O objetivo geral desse estudo é apresentar o direito a informação como base para o acesso ao benefício de transferência de renda ofertado pelo Programa Renda Melhor Jovem. Os objetivos específicos são 1-analisar se a informação tem chegado até os jovens e 2- averiguar se os profissionais que lidam diariamente com os jovens, professores e diretores das escolas, estão devidamente capacitados para esclarecimentos de dúvidas referentes ao programa.

A escolha do tema se deu a partir da minha inserção no projeto de pesquisa e extensão intitulado “Assistência Social e Inclusão Produtiva: Brasil Sem Miséria, Rio Sem Miséria” coordenado pela professora doutora Fátima Valéria Ferreira de Souza, iniciada em julho de 2013 e onde permaneci por três semestres, tendo, assim, a oportunidade de participar de eventos, cursos, seminários e atividades ligadas à execução do Renda Melhor Jovem. Como atividades, destacam-se as mobilizações nas escolas estaduais, onde, através de aplicação de questionários com os alunos foi possível a ampliação dessa análise.

Outras experiências que também influenciaram a escolha do tema foram as adquiridas nos dois anos de estágio (de novembro de 2012 a novembro de 2014), que realizei em um Centro de Referência de Assistência Social no município de Nova Iguaçu.

Justifica-se o interesse desse estudo por sua relevância, por se tratar de um programa que ainda é pouco conhecido e por saber que temas referentes aos programas, serviços e benefícios ofertados no campo da Assistência Social são pouco debatidos academicamente.

O problema central do tema consiste em que o Programa Renda Melhor Jovem,

apesar de já estar no seu terceiro ano de execução, ainda não possui divulgação satisfatória. Com isso os que possuem direito, ou seja, os jovens considerados elegíveis, ainda não têm informação suficiente para acessar o programa. Portanto, compreender a dinâmica do programa se faz necessário para criação de estratégias eficazes para enfrentar estes desafios.

Deste modo, o trabalho está estruturado em dois capítulos:

O primeiro capítulo discorre sobre o direito à Política de Assistência Social no Brasil. Está dividido em: 1.1 desconstrução da Política de Assistência Social como filantropia; e 1.2 a dimensão formal e material da Assistência Social. Busca-se observar como ocorreram as mudanças, a partir dos anos 30, no direito a política de Assistência Social. O segundo capítulo discute o Programa Renda Melhor Jovem. Para situá-lo no contexto da política de assistência social no estado do Rio de Janeiro, faz-se necessário a apresentação do Plano Federal Brasil Sem Miséria e da experiência estadual com o Plano Rio sem Miséria. A seguir, entro no Programa Renda Melhor Jovem, suas características e problemas, principalmente, quanto aos processos de divulgação e disseminação da informação, pois parte-se do pressuposto que a divulgação é a maior estratégia para viabilizar o acesso.

Diante do exposto, espera-se que este trabalho de conclusão de curso nos faça refletir sobre as diferentes formas de divulgação para que o programa em questão alcance seu público-alvo de modo satisfatório. Afinal, o serviço social deve contribuir na luta pelos direitos de todos os segmentos societários, se respaldando no Código de Ética Profissional de 1993.

## **CAPÍTULO 1**

### **O DIREITO A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

#### **1.1 Desconstrução da Política de Assistência Social como filantropia**

Segundo Amélia Cohn em “A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania” (2000), antes dos anos 30 as questões referentes à questão social ou problemas sociais, na época já considerados como sinônimos por muitos autores, eram tratadas apenas pelo viés da filantropia, ou seja, eram associadas às práticas caritativas. As instituições religiosas, assim como as Santas Casas de Misericórdia, desenvolviam papel fundamental na ajuda e cuidados a idosos, doentes, crianças abandonadas e outros desamparados. Dito de outra forma, até a Revolução de 1930 a questão social era considerada disfunção do indivíduo e, com isso, recebia um tratamento repressor por parte do Estado. Quando não eram tratadas como caso de polícia, as ações referentes à questão social no Brasil encontravam-se amplamente sob a responsabilidade da filantropia.

Apesar de a Lei Eloy Chaves ser de 1920, sendo considerada a primeira política social brasileira, é somente após os anos de 1930 que as políticas sociais surgem e estas são resultantes das relações sociais vivenciadas neste período. Porém estas políticas sociais eram destinadas apenas àqueles que estavam inseridos no mercado de trabalho formal, havendo com isso uma separação entre cidadãos trabalhadores e pobres, estes últimos continuaram a mercê da filantropia, ou seja, desprotegidos. Havia uma dicotomização entre o direito atrelado ao trabalho formal e a assistência prestada aos trabalhadores. Eram direitos que reforçavam as desigualdades sociais a partir da necessidade da carteira assinada e, com isso, não se universalizavam.

No início da década de 1940, com o governo do presidente Getúlio Vargas (1930 – 1945), o Brasil presenciou a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), financiada pelo governo. Atuando em parceria com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, a LBA representava o braço assistencialista do Estado.

Não se pode esquecer-se de citar a presença das primeiras damas no exercício das funções filantrópicas, tendo em vista que a primeira presidenta da LBA foi a esposa do presidente na época, Darcy Vargas, e esta contava com ajuda voluntária de outras mulheres. Vários estudos já apontaram que a LBA foi marcada por ações paternalistas e emergenciais.

Outra instituição marcada pelo assistencialismo foi a Fundação Leão XIII, que surgiu no ano de 1946 e visava atender à população das grandes favelas do Rio de Janeiro. A criação desta instituição ampliava o debate sobre não ser mais possível a negligência com as ações voltadas para as favelas, bem como para a importância das intervenções nessas áreas. Mais uma vez presenciava-se, com a criação desta instituição, a presença da ideia de controle das manifestações sociais através de ações tutelares e paliativas, pois a população das favelas representava uma ameaça à ordem vigente.

Já em 1964 o cenário era da ditadura militar, que afetou duramente os direitos civis e políticos do Brasil, não sendo diferente com os programas assistenciais que mais uma vez tiveram caráter paternalista. O período ditatorial foi marcado pelo autoritarismo e excluía qualquer tipo de participação popular no que se referia à política pública.

A ditadura militar foi marcada pelo desenvolvimento econômico do país e o acirramento das desigualdades sociais. Ou seja, ocorria nesse período uma modernização desigual e distribuição de renda também desigual. O crescimento econômico vivenciado nesse período colocou o Brasil entre as principais economias do mundo, mas isso servia para mascarar a opressão do regime antidemocrático. Data-se de 1974 o período de encerramento do que ficou conhecido como “milagre econômico”. Sendo o desenvolvimento econômico

brasileiro possibilitado através de empréstimos, com o fim do desenvolvimento o que se vivencia é a forte inflação e o aumento da dívida externa.

José Paulo Netto, em seu livro *Pequena História da Ditadura Brasileira* (1964 – 1985), justifica o uso do termo “milagre econômico” da seguinte forma:

Estamos utilizando a expressão “milagre econômico” uma vez que o seu emprego se generalizou há cerca de quarenta anos para designar o processo que, entre finais da década de 1960 e meados dos anos 1970, fez do Brasil uma das maiores economias mundiais – mas já assinalamos, linhas acima, que esta denominação é imprópria: também em economia, milagres não existem. Aquele processo, que concretizou o “modelo econômico” próprio do ciclo ditatorial, teve objetivos e causas bastante definidos, sujeitos e beneficiários nitidamente identificados e também um enorme contingente de prejudicados suficientemente conhecidos – precisamente o grosso da população brasileira. Nesse “milagre”, nada existiu de misterioso ou enigmático. (NETTO, 2014)

Com a repressão da ditadura, o crescimento da desigualdade social e a dificuldade financeira vivida pelo Brasil, em vários pontos do país a população passou a se organizar para lutar por seus direitos. Nos bairros periféricos e comunidades em associações de moradores, para reivindicar questões como água, energia elétrica e saneamento básico. Nos sindicatos reivindicavam, dentre outras coisas, por melhorias nas condições de trabalho. Com os movimentos sociais ganhando força, a luta pelo fim do regime militar se fazia cada vez mais presente. Quando o general Ernesto Geisel (1974-1979) assumiu a presidência a população, insatisfeita com o regime e com a economia que permanecia ruim, já estava mais organizada. Geisel, percebendo que precisava garantir a manutenção do regime e ainda assim conter a população insatisfeita assume em seus discursos que o Brasil estaria vivendo um período de abertura política lenta, gradual e segura. A inflação neste período estava tão alta que as próprias forças armadas demonstravam descontentamento. Em 1974, seguindo as orientações do então presidente Geisel, os militares concedem o direito a propaganda eleitoral gratuita. É nesse período que a oposição passa a ganhar espaço, sendo representada pelo Movimento

Democrático Brasileiro (MDB). Ainda assim, o próximo presidente a assumir seria representante dos militares. Em 1979, o último presidente militar, João Batista Figueiredo, apresenta-se com o discurso de que tornaria o Brasil um país democrático. Aprova com isso o pluripartidarismo que resulta no fim do bipartidarismo entre MDB e Arena (Aliança Renovadora Nacional - partido oficial do governo militar) e no surgimento de vários outros partidos políticos. Vale ressaltar que é nesse período que ocorre a criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

As eleições realizadas no ano de 1982 para municípios e estados demonstram a insatisfação popular e a queda do regime militar. Data-se de 1984 o início do movimento conhecido popularmente como “Diretas Já”, que reivindicava a volta das eleições diretas e foi um dos maiores movimentos políticos brasileiros. Entretanto, o Movimento das Diretas foi derrotado e Tancredo Neves foi eleito por voto indireto em 1985, mas falece antes mesmo de tomar posse, assumindo seu vice-presidente José Sarney.

Mesmo derrotado, o Movimento das Diretas foi fundamental para abrir portas para a criação de uma nova Constituição. Instaura-se o processo Constituinte, onde a população pode participar com ementas populares. Em 1988 ocorre a promulgação da Constituição Federal, sendo responsável por assegurar os direitos sociais e pela reformulação formal do sistema de proteção social. Desde então, são incorporados valores, como, por exemplo, universalização e equidade, nunca antes expressados no texto constitucional. Principalmente para a efetivação da assistência social é incontestável a importância deste documento. Porém, a regulamentação da assistência social como direito só ocorre cinco anos depois, com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), já demonstrando que a garantia desse direito não seria fácil.

Após 30 anos, sendo a última eleição direta ocorrida no ano de 1960, que elegeu Jânio Quadros (31/01/1961 – 25/08/1961) para presidente, no ano de 1990 com o retorno das



eleições diretas, o povo elegeu Fernando Collor de Mello (15/03/1990 – 02/10/1992) para presidência da república. Collor foi responsável por vetar a Lei Orgânica da Assistência Social, pois acreditava que o Benefício de Prestação Continuada assegurado no texto da lei ocasionaria um rombo nos cofres públicos. Tal atitude representou um desrespeito à Constituição Federal de 1988, tendo em vista que o texto constitucional insere a assistência social no conjunto da seguridade social.

Collor em 1992 sofreu um impeachment e foi substituído por Itamar Franco (02/10/1992 – 01/01/1995). Com a mudança no governo, voltam as pressões para que o direito à assistência social fosse regulamentado. Então, em 1993 a LOAS é sancionada. É a partir da LOAS que a assistência social passa a ser direito do cidadão e dever do Estado, pois ela é o instrumento legal que regulamenta as prescrições estabelecidas na Constituição Federal de 1988, referentes à assistência social. A aprovação da LOAS visava, através da possibilidade de controle social e transparência na realização de suas ações, romper com as formas emergenciais e eventuais ligadas ao campo social, além de apontar que na execução o Estado é o órgão que possui a primazia. No entanto, a efetivação da assistência social como direito ocorre em paralelo com medidas neoliberais. Data-se também do ano de 1993 o aperfeiçoamento do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1986.

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2008, p. 77)

Ao longo da década de 1990, mais precisamente, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (01/01/1995 – 01/01/1999), o que presenciamos foi um paralelismo no cenário brasileiro, onde ao mesmo passo que se implementava a LOAS, ocorria uma

reestruturação do Estado, sob a ótica do chamado neoliberalismo, que, dentre outras coisas, previa corte de gastos com o social, rebaixamento salarial e desarticulação dos sindicatos. Para José Paulo Netto (2000), na gestão de FHC os direitos sociais foram duramente combatidos. Na concepção neoliberal as políticas sociais universais inspiradas no *Welfare States* traziam consigo problemas quanto à eficiência e eficácia dos serviços prestados e, também, desperdício do dinheiro público. A solução para redução dos gastos públicos seria a focalização das políticas sociais, só alcançando aqueles que realmente necessitavam.

O Programa Comunidade Solidária, criado pelo governo FHC estabeleceu um paralelismo no comando federal em relação a ações de assistência social, rompendo com a LOAS, que estabelece comando único das ações em cada esfera de governo. Tal programa era realizado a partir dos critérios de focalização, urgência, parcerias e necessidades.

Foi em 12 de janeiro de 1995, no governo do Fernando Henrique Cardoso, que o Programa Comunidade Solidária foi instituído pelo Decreto n. 1.366. Com a criação deste programa o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) foi extinto. Criado no ano de 1993 no governo do presidente Itamar Franco, o CONSEA era responsável por articular as três esferas de governo e a sociedade civil com intuito de reformular os programas federais que haviam resistido ao governo de Fernando Collor de Melo. Com a passagem de governo em 1994, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que assessorava o CONSEA, foi o responsável por criar as estratégias que originaram o Programa Comunidade Solidária.

Durante todo o governo de FHC o direito a assistência social foi colocado em xeque, pois ocorreram incentivos para existência de apoio do voluntariado e recursos financeiros que deveriam sair da união para o fundo da assistência social foram destinados ao Comunidade Solidária. As organizações não governamentais foram convidadas a atuar como parceiras do

Estado, em um processo de transferência de responsabilidades, ferindo, diretrizes colocadas pela LOAS:

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

É somente a partir do primeiro mandato de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (01/01/2003 – 01/01/2007), em 2003, que o Brasil passou a vivenciar fortes mudanças quanto às formas de enfrentamento à pobreza e desigualdades sociais. Neste período foram criadas estratégias de combate não somente à fome, mas também às ações conservadoras que se mantinham presentes no trato da assistência social no Brasil. O Fome Zero<sup>1</sup> foi a primeira grande estratégia do governo adotada para fazer valer o direito à alimentação consolidado no texto constitucional de 1988. O Fome Zero, aliado ao seu programa de maior expressão, o Programa Bolsa Família<sup>2</sup>, se apresentou como a primeira estratégia sólida diante do fenômeno da pobreza e foi resultado da ampliação da participação da sociedade civil no que tange às políticas sociais, também determinado na Constituição Federal de 1988, e das escolhas políticas adotadas pelo então presidente Lula. No ano de 2003 houve também a implementação do que conhecemos como Cadastro Único do Governo Federal para programas sociais (CadÚnico). Considerado um avanço o CadÚnico é um caderno de perguntas que possibilita a realização de estudo das realidades vivenciadas pela população. As

---

<sup>1</sup> Programa Federal que visava garantir o direito a alimentação à população brasileira. Para maiores informações acesse: <http://bolsa-familia.info/fome-zero.html>

<sup>2</sup> Programa que unificou as transferências de renda (vale gás, bolsa escola, bolsa alimentação). Visava o combate à fome, a exclusão social e a miséria, assim como a inclusão social através da emancipação das famílias brasileiras pobres e extremamente pobres.

informações são repassadas para um sistema nacional de informática e apesar de ser mais utilizado para fins referentes à assistência social, outras políticas devem acessá-lo para estudos e desenvolvimentos de novas estratégias que atendam as necessidades da população através de suas especificidades.

O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (per capita) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Suas informações podem ser utilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais para obter diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, para desta forma, possibilitar a análise das suas principais necessidades. (Site do Ministério do Planejamento Social – Cadastro único)

Em 2005, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) foi instituído, ele é responsável por organizar de forma descentralizada e participativa os serviços socioassistenciais ofertados pela assistência social. É a partir do SUAS que as ações da assistência social passam a ser organizadas em dois tipos de proteção social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Data-se somente de 2011 a sanção da Lei 12.435 que regulamenta o SUAS em nível nacional.

Uma das primeiras ações realizadas no governo da Presidenta Dilma Rousseff foi a implementação do Plano Brasil sem Miséria, que será tratado mais a fundo no segundo capítulo deste trabalho. Assim como o Fome Zero, o Brasil Sem Miséria representa escolhas políticas adotadas nesse período, tendo como principal objetivo a superação da extrema pobreza no Brasil até o ano de 2014, estruturado em três eixos de atuação: a inclusão produtiva<sup>3</sup>, a garantia de renda e o acesso a serviços.

Em síntese, durante o período ditatorial a ampliação de alguns direitos visava apenas à manutenção da ordem, era a solução encontrada para que não houvesse mobilização social.

---

<sup>3</sup> Segundo Fátima Valéria Ferreira de Souza, em seu artigo Assistência Social e Inclusão Produtiva: algumas indagações, o MDS denomina de inclusão produtiva as ações desenvolvidas visando gerar trabalho e renda.

Mesmo com a Constituição Federal de 1988 e a LOAS, em 1993, o que presenciamos na década de 90 foi o paralelismo existente entre avanços e retrocessos no campo da assistência social. A partir das informações relatadas acima fica claro o tratamento dado à questão social e a difícil luta para desconstrução da assistência social como filantropia e benesse no Brasil.

A discussão aqui apresentada sobre a assistência social pressupõe um debate que materializa o direito à cidadania, é pública e destinada a todos que a demandam. As ações ligadas ao campo da ajuda e do favor em nada têm a ver com as políticas sociais. Muito pelo contrário, essas ações não são fundadas no princípio da equidade e não necessitam de pacto federativo. Com isso, as ações filantrópicas tendem a realçar a diferença de classes e acorrentar o indivíduo, onde este passa a se sentir submisso, agradecido e em dívida para com o outro, ou seja, envolvem uma relação de subordinação.

Já a concepção de direito empregado à política de assistência social exige continuidade, permanência e planejamento. Uma política que prevê o direito do cidadão não pode possuir características flutuantes e descontínuas. Faz-se imprescindível entender que o que torna a política de assistência social pública não é somente o fato desta se efetivar no âmbito público estatal, mas sim o reconhecimento de que superar uma dada necessidade não é uma mera concessão a ser aplicada, num dado momento a um determinado público, mas é dever do Estado. A título de curiosidade vale lembrar que toda política social é uma política pública, porém nem toda política pública é uma política social.

Aqueles que defendem a existência da assistência social como uma política de responsabilidade do Estado, apontam que cabe a ele o dever de executar, financiar e fornecer serviços, programas e benefícios que atendam as necessidades da população. As instituições comunitárias e filantrópicas sem fins lucrativos que exercem atividades no campo da assistência social devem realizar registro no Conselho Nacional de Assistência Social e seguir

as regras e determinações estabelecidas pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS)<sup>4</sup>. Estas instituições recebem incentivos governamentais para o desenvolvimento de ações no campo da assistência social e estes geralmente ocorrem através da isenção de impostos.

A assistência social é uma política com direitos próprios e, assim como, por exemplo, a saúde e a educação, é uma política de cidadania. Na tentativa de especificar melhor esse direito foram aprovados, na V Conferência Nacional de Assistência Social (2005), 10 direitos socioassistenciais<sup>5</sup> que devem ser assegurados pela política em questão. São eles:

1. Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos
2. Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva
3. Direito de equidade social e de manifestação pública
4. Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial
5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade
6. Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social
7. Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas
8. Direito à renda
9. Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva
10. Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais

Tais direitos não são de responsabilidade exclusiva da assistência social, mas também não cabe a esta política apenas direcionar o usuário para que estes concretizem seus direitos nas demais políticas sociais. São direitos que demandam ações de intervenção da assistência social e também de outras políticas sociais, há necessidade de articulação entre as políticas públicas demandadas.

---

<sup>4</sup> Para maiores informações acesse: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.unisite.ms.gov.br/unisite/controle/ShowFile.php?id=46212>

A partir do momento que assistência social passa a ser uma política pública, deve criar mecanismos de legitimação social e também deve haver um compromisso com a função de entender a realidade vivida socialmente e a demanda atual para além dos direitos já conquistados.

## **1.2 A dimensão formal e material da Assistência Social**

Existe necessidade que a política de Assistência Social seja reconhecida concomitantemente através dos seus dois aspectos, sendo o formal e o material. Em seu aspecto formal, a Assistência Social permite que o indivíduo seja entendido como sujeito de direito, havendo o reconhecimento de sua cidadania e excluindo qualquer possibilidade deste ser interpretado como um cliente dessa política. Já em seu aspecto material, a assistência social, para se efetivar como direito social, necessita das ações estatais, que se materializam por meio de serviços e benefícios.

A ideia aqui é a de que os aspectos formal e material não devem ser encarados separadamente, sendo assim, um é complemento do outro. Através do aspecto material o Estado é chamado a intervir com serviços, benefícios, programas e projetos para dar respostas às demandas populacionais e com isso não poderá deixar de lado o reconhecimento da cidadania.

Como dito anteriormente, em 7 de dezembro de 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social e essa lei, de número 8.742, além de regulamentar a Assistência Social como direito social, elenca cinco princípios democráticos em seu artigo 4º, este que permaneceu inalterado na Lei 12.435 de 6 de Julho de 2011, que institui o Sistema Único da Assistência Social como um direito, não podendo com isso ser alterado com mudanças de governo. São eles:

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Os princípios referidos acima traçam, no âmbito formal, as exigências que devem ser cobradas pelo cidadão no que tange o direito à assistência social. Porém há que se problematizar a forma como estes princípios estão norteando ações.

No inciso I, *supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica*, fica evidente que o que importa para a assistência social é a garantia das necessidades básicas e essas encaradas independentes da renda social. Porém, há que se debater quais são essas necessidades básicas e como as mesmas são determinadas, pois a visão de prioridade sobre algo é subjetiva, ou seja, o que pode ser prioridade para uma família pode não ser para outra e não cabe ao técnico, sendo ele assistente social ou não, ensinar ao usuário como administrar o seu dinheiro ou definir quais são suas necessidades.

Um estudo muito conhecido acerca das necessidades básicas da vida humana é o do psicólogo Abraham Maslow (1954). Segundo ele, existe uma escala de prioridades onde considerando a figura de uma pirâmide as necessidades fisiológicas, sendo elas alimentação, água e respiração, dentre outras, ocupariam a base. Posteriormente podem-se encontrar as necessidades de segurança, tanto para saúde quanto para família e propriedade. No meio da pirâmide há o amor, seguido da estima e, no topo, a realização pessoal. Porém, até mesmo



essa hierarquização das necessidades basilares é duramente criticada por muitos estudiosos de diversas áreas. Não se pode afirmar que um indivíduo que tenha alcançado com plenitude as ações do topo desta pirâmide tenha realizado também com plenitude as ações da base. Digo isto para evidenciar que as necessidades básicas são variáveis em sua natureza, sendo elas também ontológicas universalmente.

No inciso II, *universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas*, como já debatido nesse capítulo, pode-se encontrar um dos temas mais polêmicos na política de assistência social. Isso se dá por dois fatores, primeiramente a questão da universalização dos direitos sociais que entra em contradição com o fato de essa política ser prestada a quem dela necessitar. Muitas vezes devido à fragilidade das demais políticas sociais, a política de assistência social acaba ficando com seu público alvo ampliado. Essa ampliação provoca a necessidade da criação de critérios para o acesso. O segundo fator está relacionado com a questão da assistência social não ser uma política apenas de acesso às demais políticas setoriais. Ou seja, esta política não realiza apenas encaminhamentos, onde o usuário deverá passar por ela para poder ser alcançado pelas outras políticas públicas. Não pode ser entendida como “trampolim” para o alcance das outras políticas. O encaminhamento é apenas uma dentre inúmeras outras atribuições. A política de assistência social possui seus próprios serviços e benefícios, ou seja, especificidades.

O inciso III, *respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade*, afirma que os serviços e benefícios ofertados pela assistência social devem ser de qualidade, haja vista a necessidade de garantir a autonomia individual e o fortalecimento dos vínculos familiares. Porém, apesar de o mesmo inciso negar veemente a necessidade de qualquer forma de comprovação considerada vexatória para o acesso às ações no campo da assistência social, na prática é sabido que esta

ainda é uma barreira a ser vencida. Embora o CadÚnico seja auto-declaratório, os critérios de renda para acesso aos benefícios acabam por reeditar a velha comprovação da pobreza. O caderno contém perguntas que, embora sejam necessárias para traçar o perfil dos usuários e embasar a elaboração dos serviços, são constrangedoras como, por exemplo, as questões que envolvem as condições físicas das residências e quanto os usuários costumam gastar com alimentação e as contas mensais. Outra questão importante neste tópico está relacionada à quando visitas domiciliares possuem um caráter investigativo, ou seja, quando os usuários são submetidos às frequentes visitas que são realizadas com intuito de confirmar as informações fornecidas ao cadastro.

O inciso IV, *igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais*, por sua vez, traz a importância de se garantir a igualdade de todos perante a lei, não podendo ocorrer nenhuma forma de discriminação no acesso a assistência social e buscando a equivalência às populações urbanas e rurais. Porém, não se pode apenas exigir que haja igualdade entre essas populações sem que se levante o debate acerca dos limites de cada região, ou seja, estudos deverão ser realizados para que sejam alcançados resultados semelhantes entre as populações. A população rural diferencia-se da população urbana em vários aspectos, como por exemplo, no acesso à informação, com isso estratégias distintas deverão ser usadas para o cumprimento do objetivo deste inciso.

Por fim, o inciso V, *divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão*, é um dos mais importantes para o debate a ser levantado neste trabalho, pois o mesmo coloca a importância de se fornecer informações de qualidade acerca dos serviços, benefícios e programas ofertados pelo poder público, não omitindo os critérios para a sua concessão. A burocratização do acesso às informações de qualidade pode ser encontrada até

mesmo na forma como cada município tem desenvolvido ações de capacitação de sua equipe técnica. Trazendo esta realidade para a cidade do Rio de Janeiro, onde este estudo foi desenvolvido, o que se pode afirmar, com enorme desagrado, é que apesar de geralmente haver debates e encontros proporcionados pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos com intuito de capacitar e disseminar informações importantes para o desenvolvimento do trabalho na assistência social, existem limites tanto financeiros quanto práticos que impossibilitam que a execução destes encontros seja realizada para todos os gestores e técnicos municipais. Mas a questão da informação é muito mais complexa que apenas a realização de capacitação técnica, envolve também a falta de socialização da informação adquirida pelos técnicos capacitados, questões política e etc. Com isso aqueles que conseguem ter acesso às informações fornecidas nos eventos de capacitação técnica deveriam repassa-las em seus municípios aos profissionais que atuam na ponta, mas o que podemos observar é que o rodízio dos técnicos dentro das secretarias de assistência social, assim como os escassos recursos financeiros e a existência de impasses políticos, dentre outras questões, acabam por impossibilitar o desenvolvimento satisfatório do repasse de informações. Tal fato acarreta uma fragilidade no desempenho dos profissionais atuantes na assistência social tendo em vista que esta é uma política dinâmica que para dar respostas as frequentes mudanças societárias exige qualificação continuada da equipe atuante. Vale ressaltar que a capacitação continuada faz parte da Política Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social.

Outra questão ainda pertinente ao inciso V tem a ver com o fato de a Política de Assistência Social ser muito pouco debatida academicamente. Historicamente o maior empregador dos assistentes sociais é o Estado. Este, através da criação de muitos e novos projetos e programas no campo social, tem aberto maior número de vagas tanto para concurso

quanto para contratos para essa profissão. Vale ressaltar que é na assistência social que o assistente social se encontra como profissional privilegiado e de destaque.

A partir da discussão de todos os incisos fica claro que no aspecto formal, a política está colocada e estruturada com documentos que a regulamentam e norteiam e é através dos aspectos materiais que a mesma se concretiza, sendo um dependente do outro. Na realidade o plano legal está mais avançado que o real, na prática a assistência social ainda é uma política em construção, que rema contra a maré, e que dentre outras coisas, recupera anos de práticas assistencialistas.

A assistência social tem a sua concretude, mas não vem dando conta de atender sozinha a todas as demandas que surgem em seu âmbito. Não há recursos humanos suficientes para realização de atendimentos de qualidade. Nas secretarias os técnicos estão trabalhando com exigência de cumprimento de metas e cada vez mais são incorporadas ações a serem realizadas por essa política, como é o caso das ações de inclusão produtiva que, para alguns gestores, técnicos e teóricos deveriam fazer parte da política de trabalho. Conclui-se que muitas vezes ao invés de haver articulação entre secretarias e rede entre os próprios técnicos, para melhor atender aqueles que têm direito e demandam por ele, o que ocorre é um “jogo de empurra” onde sempre sobrecarrega uma das secretarias envolvidas e na maioria das vezes esta acaba sendo a de assistência social.

A LOAS em seu art. 2º, este sim alterado com a Lei nº. 12.435 de 2011, apresenta os objetivos da assistência social.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

Para este trabalho de conclusão de curso caberá apenas à discussão do inciso *I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos*, letra (c) *a promoção da integração ao mercado de trabalho*.

O Plano Brasil Sem Miséria apresenta em um dos seus eixos a questão da Inclusão Produtiva, essas ações visam inserir no mercado de trabalho, não necessariamente o formal, o cidadão retirado da situação de pobreza ou extrema pobreza. Ou seja, o Plano não busca somente a retirada dessas famílias da situação de pobreza ou extrema pobreza, mas visa principalmente inclui-las produtivamente na sociedade para que elas alcancem autonomia.

É também a partir do Plano Brasil Sem Miséria que as ações de inclusão produtiva ganham maior importância<sup>6</sup> no campo da assistência social. Para dar materialidade ao objetivo de promoção da integração ao mercado de trabalho, passa-se a incorporar ações de inclusão produtiva principalmente no interior dos equipamentos municipais destinados ao atendimento de situações referentes à assistência social.

No próximo capítulo discutiremos o Programa Renda Melhor Jovem (PRMJ) que também contém ações pensadas para dar materialidade ao objetivo da LOAS que vem sendo debatido neste trabalho. O PRMJ é um programa de transferência de renda e faz parte da experiência do Estado do Rio de Janeiro em criar o Plano Rio Sem Miséria.

---

<sup>6</sup> Desde 2013 estão sendo realizados, com frequência, seminários e palestras estaduais visando à abordagem desse tema e até mesmo na Universidade Federal do Rio de Janeiro já foram realizados cursos, sob a coordenação da professora doutora Fátima Valéria Ferreira de Souza, que reuniram os técnicos municipais responsáveis pelas ações de inclusão produtiva e do acesso ao trabalho contaram com a participação de palestrantes influentes, como os gestores nacional e estadual e professores universitários.

## **CAPÍTULO 2**

### **O PROGRAMA RENDA MELHOR JOVEM**

#### **2.1 Plano Federal Brasil Sem Miséria**

Como dito no capítulo anterior, em junho de 2011, já sob o governo da presidente Dilma Rousseff, foi criado o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Este plano está organizado de modo a viabilizar o acesso das famílias em situação de extrema pobreza a serviços públicos, benefícios e ações de inclusão produtiva. Os serviços públicos estão divididos por área de atuação, por exemplo: educação, saúde, assistência social, saneamento básico, segurança, rede elétrica, dentre outros. Cada área possui seus programas específicos, mas para este trabalho acadêmico somente cabe tratar a interface do plano com a assistência social. O Plano estrutura-se em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva rural e urbana e acesso aos serviços.

É preciso ter presente que o usuário da assistência social é um cidadão sujeito de direitos que nem sempre foi ou é tratado dessa forma. Nesse sentido é muito importante que os direitos socioassistenciais sejam estabelecidos desde cada uma das modalidades de serviços e benefícios para que possam ser decodificados no processo de operação quer pelos usuários quer pelos trabalhadores. (CapacitaSUAS - Caderno1, 2013)

Segundo dados fornecidos pelo próprio site<sup>7</sup> do Plano, o BSM em março de 2013 alcançou a meta de 22 milhões de pessoas que passaram a sobreviver com pelo menos setenta e sete reais per capita. Não pretendo aqui desconsiderar que o valor é baixo, mas apenas sinalizar que pelo padrão de linha de pobreza e extrema pobreza adotado pelo Brasil, sendo este um padrão internacional, o número de pessoas apresentado representa uma melhoria.

---

<sup>7</sup> <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/documentos/Caderno%20de%20Graficos%20BSM%20-%202014.pdf>

O BSM é um grande articulador e com isso integra serviços e benefícios já existentes. Como garantia de renda o Plano incorporou os já existentes Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>8</sup> e é a partir disso que ocorrem mudanças significativas. O Plano potencializou os programas, serviços e benefícios para que cheguem à população extremamente pobre. Com as mudanças outras ações foram criadas, por exemplo, o BPC Escola e o BPC Trabalho que estão atrelados ao BPC e também a Ação Brasil Carinhoso que está vinculada ao PBF, à saúde e à educação.

Outro dado importante a ser levantado por esse trabalho está relacionado à aprovação escolar. O MDS aponta que após a implementação do BSM, 79,7% dos alunos do Programa Bolsa Família são aprovados no ensino médio por ano. Esse fato tem relação direta com o aumento da frequência escolar, tendo em vista que esta é uma das condicionalidades do Programa. Vale ressaltar que o não cumprimento das condicionalidades acarreta primeiramente uma advertência, seguida do bloqueio de 30 dias do benefício, a suspensão de 60 dias e por fim o desligamento. Os dados apontam que numa relação de idade e série houve uma redução da defasagem escolar de 37%. Todas essas informações são de fácil acesso, pois estão disponibilizadas no site<sup>9</sup> do MDS.

Há que se reconhecer que o Brasil Sem Miséria, na perspectiva da ampliação do direito, representa um avanço. Dentre outras coisas, o Plano trouxe consigo melhorias na administração e coordenação dos programas, serviços e benefícios articulando ações entre ministérios e subsecretarias. A escrita do Brasil Sem Miséria é boa, mas a operacionalização encontra-se prejudicada por diversos fatores que incluem, até mesmo, impasses políticos. De maneira geral, a maioria das ações encontra-se na pasta da assistência social. No aspecto

---

<sup>8</sup> Benefício que assegura um salário mínimo mensal ao idoso com idade mínima de 65 anos e às pessoas (independente da idade) com doenças crônicas ou doenças que as impossibilitem de garantir sua subsistência ou tela suprida por sua família. A renda bruta familiar deve ser abaixo de um quarto do salário mínimo vigente.

<sup>9</sup> <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/condicionalidades/gestor/pbf-descumprimento-das-condicionalidades>

formal o trabalho a ser desenvolvido pela assistência social está bem estruturado, contando com diversos documentos e resoluções que norteiam as ações e a política como um todo. Entretanto, quanto à questão da materialidade, o que podemos observar são frequentes obstáculos que inviabilizam o desenvolvimento pleno das ações.

Sendo direcionado aos extremamente pobres, podemos entender que a assistência social possui lugar estratégico nesse Plano, pois é a política que chega mais perto dos pobres. Tendo por objetivos do Plano a ampliação do acesso aos serviços e benefícios públicos, a elevação da renda familiar e a realização de ações de inclusão produtiva, visando elevar as condições de subsistência, o Brasil Sem Miséria apresenta a busca ativa como ação estratégica para localizar essas famílias ou indivíduos. Através da busca ativa procura-se alcançar os cidadãos considerados “invisíveis”, uma vez que não acessam nenhum serviço público e estão fora da rede de proteção social, e inseri-los no CadÚnico. Entendendo que os profissionais atuantes no campo da assistência social possuem técnica para esse tipo de abordagem, fica mais uma vez evidente a importância dessa política na efetivação dos eixos propostos pelo Plano Brasil Sem Miséria, ou seja, na efetivação de direitos sociais.

A Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como o encaminhamento destas famílias aos serviços da rede de proteção social. Entende-se como rede de proteção social a oferta de direitos sociais básicos e de oportunidades para inclusão produtiva abrangendo as políticas de garantia de renda (Bolsa Família, Bolsa Verde, Benefício de Prestação Continuada, Previdência Social), de acesso a serviços (assistência social, saúde, educação, energia, água, segurança alimentar e nutricional, entre outras) e de trabalho e renda. (Site do Plano Brasil Sem Miséria – Busca Ativa, 2014)

A política de assistência social é executada por técnicos em equipamentos municipalizados, sendo os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros Especializados da Assistência Social (CREAS) aqueles que maior viabilizam o acesso dos usuários ao direito à assistência social. De acordo com a PNAS, tais equipamentos devem



considerar as áreas de abrangência e com isso, ter maior proximidade com a população local. Os CRAS são equipamentos da assistência social responsáveis pela porta de entrada para os serviços de proteção social básica ofertados nesse campo, como os serviços socioassistenciais e de acompanhamento familiar. Já os CREAS, desenvolvem serviços destinados às pessoas que estão vivenciando risco pessoal ou social, ou seja, encontram-se em situações de violação de direito. A prioridade é que ambos (CRAS e CREAS) estejam localizados em áreas com altos índices de vulnerabilidade e risco social.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) nos CRAS são realizados os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A realização desses serviços ainda enfrenta dificuldades na prática, seja pela falta de recursos materiais e humanos para realização das reuniões, palestras e atendimentos ou até mesmo pela alta demanda diária de usuários que buscam atendimentos.

Busquei neste trabalho de conclusão de curso fazer um recorte de apenas alguns impasses que de forma direta ou indireta afetam a política de assistência social sob a perspectiva do direito socioassistencial. Tendo a busca ativa como estratégia, o primeiro problema que será trabalhado está relacionado à falta de recursos materiais tanto nos municípios quanto no estado, seguido da falta de técnicos nos equipamentos e, por fim, a falta de conhecimento de alguns técnicos sobre os documentos que orientam a prática profissional na assistência social, bem como o desconhecimento do próprio SUAS.

Como dito anteriormente, mesmo o Plano Brasil Sem Miséria trazendo a busca ativa como uma saída para localizar os extremamente pobres e a partir disso inseri-los no CadÚnico, na prática os técnicos atuantes na assistência social se deparam com a frequente falta de condições materiais, como, por exemplo, carro que viabilize a realização dessa estratégia. O não cumprimento da busca ativa contribui para que não haja avanços no que se

refere à superação da extrema pobreza no país, pois aqueles que não alcançam a política também não são alcançados por ela.

Outro problema está na falta de técnicos nos equipamentos, pois, apesar de na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais estar descrita a quantidade mínima de técnicos que cada equipamento deve conter, de acordo com a sua área de abrangência, no dia a dia fica evidente que o número não atende à necessidade.

Como um problema tende a desencadear outros mais, a questão da falta de conhecimento acerca do trabalho a ser desenvolvido na política de assistência social surge como um dos focos a serem trabalhados pelas gestões municipais, estaduais e federais. No que se refere à capacitação dos profissionais, destaca-se o baixo foco acadêmico dado à política de assistência social. Infelizmente a assistência social ainda é muito pouco debatida academicamente e isto reflete em sua operacionalização no interior dos equipamentos. Existe profissional que sai da universidade sem conhecer a PNAS, que desconhece os planos de governo, assim como existe profissional que desconhece o trabalho que é desenvolvido no SUAS até começar a trabalhar na área.

Data-se de 2013 a criação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Esta política foi criada com intuito de criar ações, como o CapacitaSUAS<sup>10</sup>, que solucionem questões como a falta de capacitação continuada dos técnicos e até mesmo o desconhecimento acerca do SUAS e da PNAS. Vale apontar como exemplo que no primeiro curso do CapacitaSUAS do Estado do Rio de Janeiro, que foi realizado no município de Nova Iguaçu, dentro de uma das salas de aula e num universo de, aproximadamente, 50 técnicos e gestores atuantes nos municípios de Mesquita, Queimados e Nova Iguaçu, apenas 4 ou 5 pessoas

---

<sup>10</sup> Programa Nacional de Capacitação do SUAS, instituído em 16 de março de 2012 pela resolução nº 8 do Conselho Nacional de Assistência Social. Para mais informações acesse: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/programa-nacional-de-capitacao-do-sistema-unico-da-assistencia-social/capacitasuas>

informaram que já leram a PNAS. Esse fato reafirma que grande parte das dificuldades vivenciadas nos equipamentos da assistência social são ocasionadas também pelo desconhecimento acerca da política por parte dos técnicos e gestores.

Na perspectiva do direito do cidadão, se faz imprescindível que os profissionais atuantes na política de assistência social estejam capacitados a realizarem atendimentos de qualidade e que haja, pelo menos, a quantidade mínima de profissionais exigidos pela Tipificação para dar respostas as demandas. Os profissionais do SUAS também devem estar preparados para disseminar informações privilegiadas acerca dos serviços, benefícios e programas e é também por esses motivos que a formação continuada se torna importante. Vale lembrar aqui que se a essência da assistência social são os recursos humanos, estes devem estar sempre se qualificando, uma vez que lidam com a realidade que não é estática.

A criação de um plano como o Brasil Sem Miséria é, sem sombra de dúvidas, um passo importante na efetivação dos direitos sociais garantidos pela CF-88. No que tange a assistência social, a eficácia do Plano depende também que os profissionais e gestores incentivem os usuários para que estes, através do processo democrático de controle social, não só conheçam os seus direitos, mas também os fiscalize. O controle social deve ser impulsionado para que ocorra em todos os âmbitos do SUAS.

## **2.2 Plano Estadual Rio Sem Miséria**

No Rio de Janeiro as estratégias adotadas pelo governo estadual estão alinhadas ao desafio nacional de superação da pobreza extrema adotado pelo governo federal no Plano Brasil Sem Miséria. Assim, o governador criou o Plano Rio Sem Miséria, cujas principais ações são coordenadas pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH, mais exatamente pela Subsecretaria de Integração de Programas Sociais.

Segundo informações contidas no próprio site<sup>11</sup> da SEASDH, o Plano Rio Sem Miséria tem como objetivos: i) a ampliação da renda familiar para que as famílias pobres ou extremamente pobres possam ter maior autonomia para desenvolverem suas trajetórias; ii) contribuir para a redução da evasão escolar, garantindo que os jovens possam manter-se nas escolas e obtendo educação de qualidade e; iii) contribuir também para inserção e ampliação dessas famílias à inclusão econômica e social. Para alcançar esses objetivos o plano está estruturado em quatro componentes, sendo o primeiro o Programa Renda Melhor, seguido do Programa Renda Melhor Jovem, Acompanhamento Familiar e Gestão de Oportunidades Econômicas e Sociais.

O Programa Renda Melhor é um programa complementar de transferência de renda, que visa elevar a renda dos extremamente pobres residentes no estado. No município do Rio de Janeiro já existia um programa similar da Prefeitura, o Cartão Família Carioca. Para os demais municípios o governo do estado criou o Renda Melhor. Este programa possui as mesmas condicionalidades do PBF, uma vez que são complementares.

Em caráter piloto no ano de 2011 o Renda Melhor foi implementado em apenas três municípios do Rio de Janeiro, são eles: Japeri, Belford Roxo e São Gonçalo. No ano seguinte o programa alcançou 51 (cinquenta e um) municípios do estado, sendo 18 (dezoito) na região metropolitana, 20 (vinte) municípios com o maior número de famílias em situação de extrema pobreza (de acordo com o censo 2010) e na região norte e noroeste, 13 (treze) municípios foram alcançados. O governo ampliou gradativamente o programa em toda a região Fluminense do Estado.

A criação do Renda Melhor se deu através do entendimento de que pobreza não está única e exclusivamente relacionada à baixa renda, mas também às condições de moradia, de

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=971921>

saneamento básico, de acesso à educação, dentre outras. O Programa é diferente porque leva em consideração o conceito multidimensional de pobreza que vem a ser mais rico que o conceito tradicional, por possibilitar uma ampliação da discussão sobre a pobreza.

A concepção de direito é ampliada neste programa devido a uma metodologia diferente, uma vez que leva em consideração a renda per capita presumida, a partir das informações contidas no CadÚnico sobre, por exemplo, saneamento básico e condições de moradia. Assim, chegou-se a uma per capita de cem reais.

### **2.3 Conhecendo a Estrutura do Programa Renda Melhor Jovem**

Sendo o Programa Renda Melhor Jovem (PRMJ) objeto de nosso estudo, achei por bem começar este tópico do trabalho de conclusão de curso tratando de explicar como este Programa está estruturado no Estado do Rio de Janeiro, posto que é um Programa pouco conhecido.

O Programa Renda Melhor Jovem é coordenado pela Subsecretaria de Integração de Programas Sociais da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH), com recursos provenientes da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC). Garantido pela Lei 6.088/11, está direcionado a alunos da rede pública estadual regular (incluindo os ensinos Normal, Médio Integrado e Profissionalizante), oriundos de famílias em situação de extrema pobreza, que estejam devidamente cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal e recebendo o Bolsa Família. Mas para participar é preciso também que o jovem se insira no ensino médio até 18 anos incompletos e cumpra os critérios pré-determinados de inserção e os de permanência no Programa.

- Os critérios de inserção são:

1. Cadastrar o CPF no site do Programa.

2. Preenchimento de ficha de dados pessoais junto à escola.
  - 2.1 A ficha deverá ser assinada pelo responsável do aluno, caso o mesmo seja menor de idade.
  - 2.2 A ficha é encaminhada pela escola ao Banco do Brasil mais próximo para solicitação de abertura de conta.
3. Abertura de Conta, obrigatoriamente no Banco do Brasil.
- Os critérios para permanência no programa são:
  1. O aluno não pode reprovar, nem por falta nem por desempenho.
    - 1.1 Em caso de reprovação o aluno perde toda a poupança acumulada.
    - 1.2 Dependência em matéria não causa desligamento do programa.
    - 1.3 O aluno não poderá ficar em dependência no último ano, sendo obrigado a se formar.
  2. Não pode cometer nenhuma fraude quanto as informações cedidas para sua inserção no programa e quanto as informações que constam em seu CadÚnico.
  3. O aluno não pode faltar, sem justificar, a prova anual do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ).
    - 3.1 No ano de adesão o aluno não pode realizar menos de 2/3 das avaliações bimestrais estaduais (SAERJINHO<sup>12</sup>).
    - 3.2 Nos anos posteriores a adesão ao programa, o aluno não pode realizar menos de duas avaliações SAERJINHO.
  4. Após sua inserção no programa o aluno não pode ser incluído em medida socioeducativa ou condenação penal.

Com objetivos de erradicar a extrema pobreza, diminuir os índices de reprovação, reduzir a evasão escolar e incentivar a conclusão do ensino médio, assim como a profissionalização e inserção desses jovens no mercado de trabalho, o PRMJ teve início em setembro de 2011. Consiste em incentivo financeiro, em forma de poupança, destinado aos jovens participantes. Os valores serão depositados anualmente e os alunos só poderão sacar até 30% do valor referente ao ano de aprovação, os outros 70% permanecerão na conta até a conclusão do ensino médio e assim, o aluno só poderá realizar o saque de toda a quantia acumulada após a

---

<sup>12</sup> Avaliação Bimestral Estadual promovida pela SEEDUC.

aprovação no terceiro ano ou quarto ano, no caso de ensino médio técnico. Os valores são os seguintes:

- Conclusão do primeiro ano do ensino médio: R\$ 700
- Conclusão do segundo ano do ensino médio: R\$ 900
- Conclusão do terceiro ano do ensino médio: R\$ 1.000
- Conclusão do ensino médio profissionalizante (técnico): R\$ 1.200

O Programa conta também com uma premiação financeira de R\$ 500 (quinhentos reais), caso o aluno ao final do terceiro ano faça o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e alcance bom desempenho, embora não especifique o que seja bom desempenho, esta quantia também será depositada na mesma conta do Banco do Brasil. Não há nenhum documento que traduza o que o programa considera como nota satisfatória e isto é um problema tanto para a divulgação desta informação, quanto para o acesso dos jovens a esse direito.

Vale lembrar que os jovens que possuem acesso a esse programa são aqueles cuja família é beneficiária do Bolsa Família, mas por estar em situação de extrema pobreza foi inserida nos programas complementares de renda: Cartão Família Carioca (famílias do município do Rio de Janeiro) ou do Renda Melhor (famílias dos demais municípios).

A SEASDH disponibiliza canais de comunicação, como página no facebook e telefone, afirmando serem meios inteligentes de estreitar a relação entre o aluno e a Secretaria, e facilitar o acesso à informação de qualidade. Foram produzidos, também por esta Secretaria, cartilhas e folhetos que apresentam de que forma o Programa está colocado e quais os critérios para adesão e permanência.

Durante o meu estudo sobre o Programa, no tempo compreendido entre os anos de 2013 e 2014, e levando em consideração a aprendizagem adquirida nos dois anos de estágio (2012 - 2014) realizado num Centro de Referência de Assistência Social no município de

Nova Iguaçu, observei que a proposta é boa, uma vez que vem para atender a uma demanda realmente existente no nosso estado e que se cabe à assistência social o dever de assegurar os direitos de cidadania, a criação deste programa pode desempenhar ação estratégica. O Renda Melhor Jovem exige que o jovem conclua com o ensino médio, prevendo uma premiação maior com a conclusão do terceiro ano. Esta exigência abre pelo menos três vias de possibilidades na vida do jovem. A primeira possibilidade é a realização de concursos com salários melhores, uma vez que os concursos que exigem o ensino médio pagam melhor que os de apenas ensino fundamental. A segunda possibilidade é a viabilização da continuidade dos estudos, ou seja, inserção nas faculdades. E por fim, há uma maior possibilidade de inserção no mercado formal de trabalho, pois é sabido que a maioria dos empregadores exige no mínimo ensino médio completo. Além do término do ensino médio, poder contar com uma poupança de pouco mais de três mil reais representa oportunidade do jovem ter autonomia para realizar outras escolhas para sua vida.

O Programa representa também ganhos para a Política de Educação, pois tende a aumentar a frequência escolar e ampliar o percentual de jovens aprovados no ensino médio, como também para a Política de Assistência Social, visto que possibilita a mudança de realidade do jovem que, oriundo de família extremamente pobre, pode possuir novas oportunidades.

## **2.4 Análise das dificuldades que permeiam o Programa Renda Melhor Jovem**

Foi através da minha inserção no Projeto de Pesquisa e Extensão intitulado “Assistência Social e Inclusão Produtiva: Brasil Sem Miséria, Rio Sem Miséria”, coordenado pela professora doutora Fátima Valéria Ferreira de Souza, e contando com parceria



estabelecida junto a SEASDH, que pude me aproximar das questões que envolvem a implementação do PRMJ e com isso entender quais as principais dificuldades e desafios existentes. Através de informações cedidas pela própria Secretaria, ficou claro que o Programa vem enfrentando problemas quanto às burocracias para seu acesso e quanto à divulgação, ou seja, muitos alunos considerados elegíveis ainda não possuem conhecimento acerca do PRMJ e aqueles que conhecem o programa têm encontrado dificuldade para serem inseridos.

Diante do exposto, dos desafios para implementação do Programa e das dificuldades para alcançar um nível satisfatório de divulgação, surgiu à proposta de, em caráter piloto, serem realizadas mobilizações nas escolas com a participação do nosso grupo de pesquisa e extensão. As mobilizações integraram um subprojeto apresentado ao Programa Institucional de Extensão da UFRJ (PIBEX), que recebeu o nome de “Informação em Ação”, foram realizadas nas escolas identificadas pela SEEDUC com maior número de alunos elegíveis, mas que ainda não haviam sido alcançados pelo PRMJ, ou que estavam com situação irregular perante o Banco do Brasil. Para que estivéssemos habilitados a repassar informações corretas, a SEASDH, juntamente com a SEEDUC, realizou uma capacitação conosco.

Nosso grupo de pesquisa, no período de realização das mobilizações (novembro/2013), era formado por 12 alunos bolsistas, sendo estes divididos entre bolsas do Programa de Extensão Universitária (ProExt), e o do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex). Aproveitando a oportunidade de estar mais perto dos estudantes, através da permissão da nossa entrada em algumas escolas, aplicamos questionários com os jovens que se dispuseram a responder. As perguntas contidas no questionário foram elaboradas pela equipe de extensionistas, sob orientação da professora Fátima Valéria, e tinham intuito de confirmar se a divulgação vem sofrendo falhas, prejudicando a implementação do Programa.

Das 15 escolas selecionadas, nosso grupo conseguiu realizar visitas em 10, pois não havia tempo hábil uma vez que nossa entrada nas escolas só foi autorizada no final do ano e as escolas estavam encerrando as atividades do ano letivo. Alguns alunos já encontravam-se de férias. Visitamos duas escolas em Bangu, uma em Nova Iguaçu, uma Belford Roxo, duas em Campo Grande, uma em Ramos, uma na Ilha do Governador, uma em Tomás Coelho e uma em Santa Cruz. Neste universo conseguimos uma amostra de cinquenta questionários.

Mesmo considerando que a concepção do Programa é boa, a estrutura no campo formal já apresenta dificuldades no acesso e permanência. O principal obstáculo na construção do desenho do Programa está relacionado ao critério de permanência que não permite reprovação. Entendendo que os alunos elegíveis são aqueles de famílias extremamente pobres, há que se levar em consideração que esses jovens podem não possuir disponibilidade de tempo para o estudo, seja porque precisam trabalhar para ajudar no sustento da família quanto às necessidades básicas imediatas ou até mesmo por precisarem cuidar dos irmãos mais novos na ausência dos pais. A grande maioria vem de um ensino fundamental fraco e não existe um requerimento que o aluno possa realizar para justificar a sua reprovação e voltar a ser beneficiário. Na minha concepção esse critério é punitivo e meritocrático, uma vez que reprovado o aluno está automaticamente desligado do Programa e com isso não é um critério que garanta equidade.

Quanto às dificuldades que comprometem o acesso a esse direito, começo a minha análise apontando que o Programa evidentemente não tem alcançado um grau satisfatório de divulgação. Não foram pensados meios criativos de disseminar a informação e se quer o dever de casa foi feito, pois o Renda Melhor Jovem deveria obter como aliados a rede básica da assistência social e a rede da educação (equipamentos municipalizados), porém os técnicos atuantes nessas Políticas não conhecem nem o Programa, nem os critérios para adesão e para permanência no mesmo.

Outra dificuldade identificada é que o site <sup>13</sup> do Renda Melhor Jovem não tem tido um bom funcionamento, ou seja, frequentemente encontra-se fora do ar. Esse problema traz uma questão importante a ser levantada. Estamos tratando de alunos oriundos de famílias extremamente pobres, que muitas vezes não possuem fácil acesso a computador com internet e, com isso, dependem de terceiros (podendo ser a escola ou não) para a realização dessa exigência com intuito de inserção no Programa. Se o Programa foi pensado para jovens oriundos de famílias extremamente pobres, questões como a falta de condições financeiras e obtenção de recursos deveriam ter sido trabalhadas e pensadas outras formas de cadastramento e adesão.

Ainda para adesão ao Programa, os alunos devem preencher uma ficha cadastral, que fica sob responsabilidade da escola, que deverá repassá-la ao Banco do Brasil. Porém o que ficou claro, com as mobilizações realizadas nas escolas, é que algumas não possuem profissional designado para resolução destas questões e o que vem acontecendo é o atraso no cadastro dos alunos elegíveis, assim como atraso no repasse das fichas para o banco. Como já trabalhado acima, nas visitas realizadas pelo grupo de pesquisa às escolas, nos deparamos com funcionários que como “quebra-galho” desenvolviam essas ações, mas que desconheciam todas as etapas para o acesso ao benefício, logo não poderiam repassar informações de qualidade aos alunos, nem às famílias.

Aponto neste trabalho que um dos principais, se não o principal, problema encontra-se nos descumprimentos dos prazos de pagamento das bolsas. Os atrasos são frequentes, já tendo ocorrido atrasos superiores até mesmo há um ano. Na minha análise, estes atrasos são prejudiciais a) para os alunos, que muitas vezes contam com esse dinheiro para resolver alguma questão ou até mesmo realizarem algum sonho; b) para a equipe do Programa que se

---

<sup>13</sup> [http://www.rendamelhorjovem.rj.gov.br/index.php/rm\\_jovem/](http://www.rendamelhorjovem.rj.gov.br/index.php/rm_jovem/)

vê pressionada diariamente a obter resposta para dar aos alunos e; c) principalmente para o Programa, que perde credibilidade perante a população.

Por fim, uma das principais dificuldades desse processo é a relação do aluno com o Banco do Brasil. O Banco do Brasil é extremamente burocratizado e questões burocráticas tendem, normalmente, a atrasos na dinâmica dos programas. Neste caso, os atrasos no pagamento das bolsas tem sido constantes. Vale apontar que esta dificuldade está diretamente relacionada com a anterior sobre o atraso dos pagamentos. No Banco do Brasil a realização da abertura de conta e a não movimentação financeira da mesma, acarreta o bloqueio da conta bancária. Ou seja, o atraso no pagamento pode acarretar o bloqueio da conta do aluno, gerando, assim, mais um transtorno. Porém, esta questão demonstra também outra fragilidade da relação do Programa com o Banco. Como pode uma conta bancária de um aluno oriundo de família extremamente pobre exigir que seja realizada movimentação financeira dentro de um prazo? Como solução para o impasse com o Banco, os gestores do Programa estão avaliando a troca do Banco do Brasil pela Caixa Econômica Federal, tendo em vista que a última é a responsável pelo Programa Bolsa Família.

## **2.5 Análise de melhorias para Programa Renda Melhor Jovem**

O PRMJ, apesar de fazer parte do Plano Rio Sem Miséria, possui uma equipe pequena composta por técnicos de cargo comissionado, técnicos cedidos de outros setores públicos e os terceirizados, estes últimos sofrem com atrasos nos pagamentos e considero essa questão um descaso do governo estadual, não somente com os beneficiários, mas principalmente com os gestores dessa política que tendem a trabalhar desmotivados. Digo com os beneficiários, pois os funcionários que trabalham desanimados acabam não rendendo produtivamente o esperado e isto tende a prejudicar diretamente o público alvo deste programa.

Com a equipe reduzida e alguns salários atrasados o que se vivencia é o acúmulo de funções por parte de alguns funcionários e a existência de trabalhos sem andamento, como é o caso dos mecanismos de divulgação, a exemplo dos panfletos informativos, que estão há meses parados no interior da SEASDH sem serem distribuídos. A comunicação através do telefone está prejudicada devido à inexistência de uma linha específica para atendimento ao público, sendo uma única linha para o setor todo. Dar conta de todo o trabalho de gestão e ainda ter que atender a todas as outras demandas acaba por sobrecarregar a equipe. A página no Facebook é atualizada porque no início era operacionalizada pelos alunos do projeto de extensão e atualmente está sob responsabilidade de uma estagiária do Serviço Social. Mas vale ressaltar que apenas uma estagiária para dar respostas a todas as dúvidas existentes no Estado é insuficiente.

Partindo do pressuposto que para acessar um serviço, programa ou benefício se faz necessário conhecê-lo e, tendo em vista que o programa aqui trabalhado tem sido pouco acessado pelo público-alvo, buscou-se analisar: i) quais formas de divulgação estão sendo realizadas até o presente momento; ii) quais os mecanismos de comunicação estão sendo disponibilizados para que as dúvidas mais frequentes sejam sanadas; iii) se os diretores e professores da rede pública estadual têm conhecimento do Programa, de forma que possam informar aos alunos sobre esse direito.

Na minha concepção, o Programa Renda Melhor Jovem, em sua estrutura, é um avanço nas políticas sociais criadas para atender o segmento juvenil. É um programa novo e ainda vem encontrando dificuldades para se consolidar. Entendendo a importância do Programa para os jovens oriundos de famílias mais pobres, o primeiro mecanismo de divulgação que se evidencia são as propagandas com viés informativo nos canais abertos de televisão e no rádio. É claro que os custos dessas ações são altos e não pretendo aqui descartar essa barreira, mas apresento como solução o uso das mídias alternativas. O Facebook, por

exemplo, não deveria ser utilizado somente com intuito de esclarecer dúvidas, mas principalmente para divulgação de forma a alcançar um grande número de pessoas com maior rapidez e eficácia. Além do Facebook existem outras redes sociais, como por exemplo, o instagram, que também poderiam se tornar aliados na perspectiva de ampliação da divulgação do Programa. Mas diante dessas opções, deve-se ter em mente as limitações na administração e gestão do Renda Melhor Jovem que já foram mencionadas aqui, ou seja, apenas uma estagiária não daria conta de manter todas as redes sociais atualizadas e os gestores muitas vezes não possuem tempo para assumir mais funções. Destaca-se mais uma vez a necessidade de ampliação da equipe.

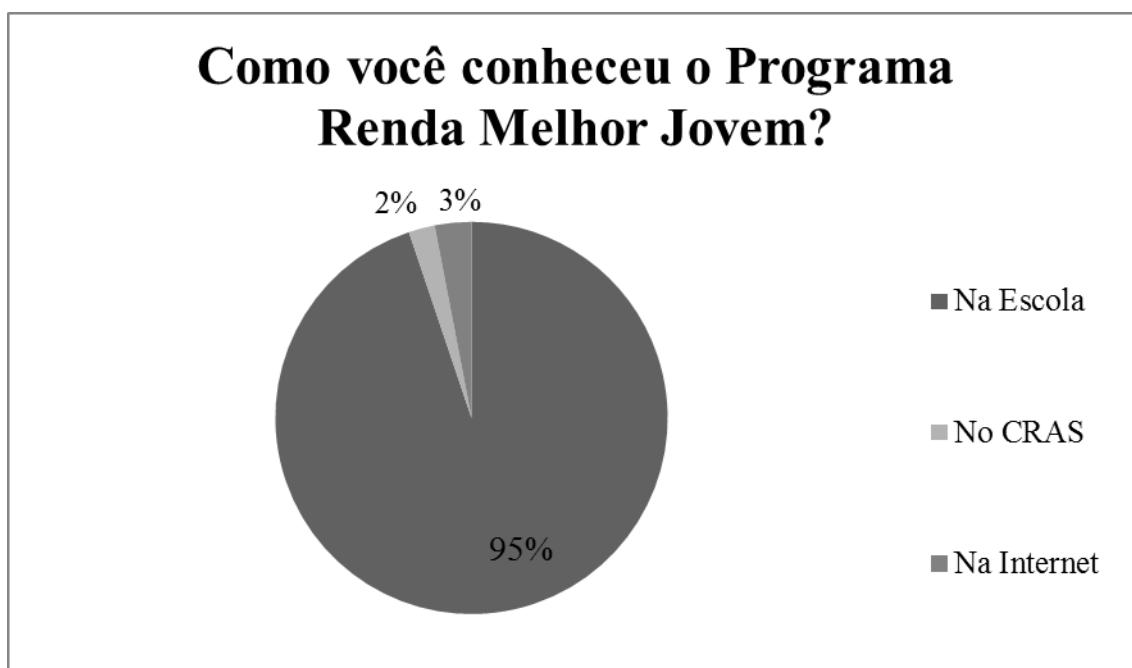
Ao desenvolver este estudo uma das questões que me chamou atenção está relacionada ao fato de não existirem trabalhos também de divulgação do PRMJ sendo desenvolvidos nas escolas municipais do estado. Ou seja, não existe uma abordagem dos jovens quando estes ainda estão cursando, pelo menos, o nono ano do ensino fundamental nas escolas municipais. Vejamos, se o programa está direcionado a jovens oriundos de famílias extremamente pobres e que ingressam no ensino médio até 18 anos incompletos, fica evidente a necessidade de que a informação seja previamente repassada a esses jovens e que a escola municipal é o melhor canal.

Dentro deste contexto, sinalizo a importância da capacitação dos professores e diretores das escolas, pois a sala de aula se apresenta como local privilegiado para a divulgação do Programa. Deve haver articulação do Estado com as prefeituras para que não somente as escolas de ensino médio sejam alvo das ações de divulgação, mas toda a rede educacional do Rio de Janeiro. É evidente que se alguns desses jovens conhecessem o programa e suas propostas ainda no ensino fundamental, teriam a possibilidade de optar entre continuar estudando ou realmente abandonar os estudos devido às necessidades enfrentadas que muitas vezes demandam respostas rápidas. Considerando a importância do ensino médio

hoje em dia para inserção no mercado formal de trabalho e a transferência de renda ofertada pelo Programa, é bem provável que muitos optassem pela continuidade nos estudos.

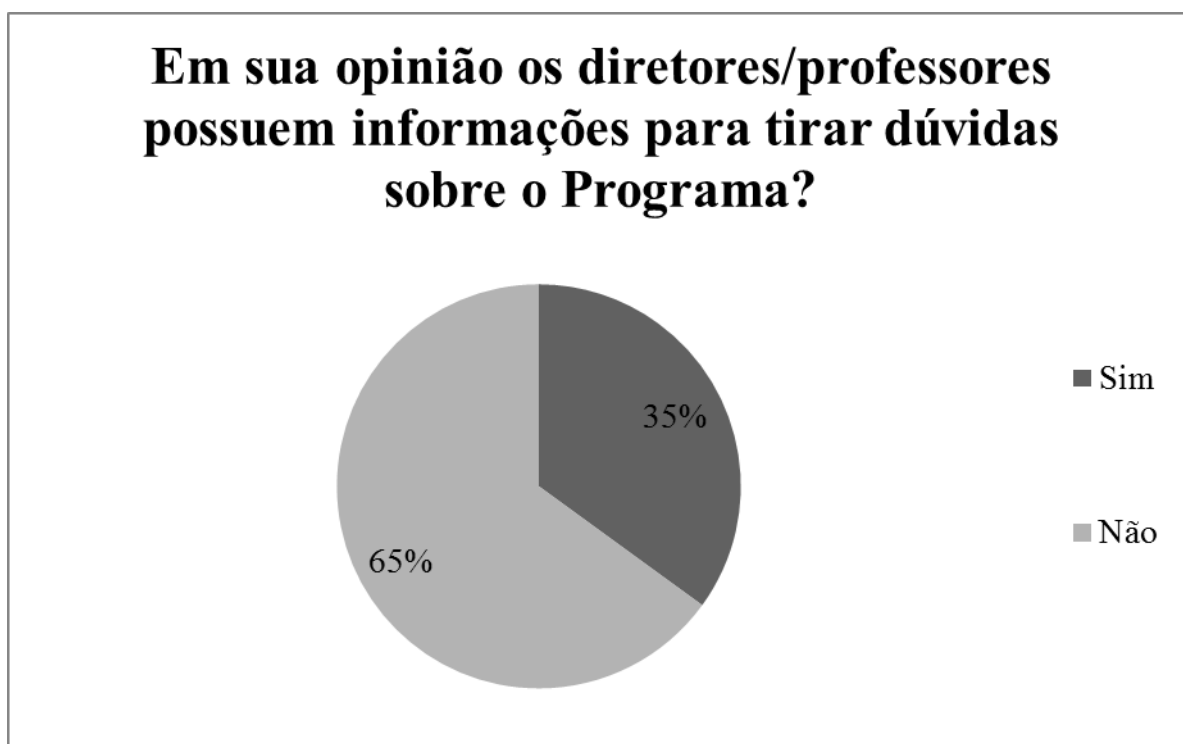
Os gráficos a seguir foram elaborados a partir dos questionários adquiridos nas mobilizações e o primeiro gráfico reafirma ser a escola um ambiente privilegiado para a divulgação do programa, pois é nela que a maioria dos beneficiários tem se apropriado da informação. Apesar disso, os gráficos 2 e 3 apontam que os jovens não consideram que os gestores e professores estão capacitados para fornecerem informações esclarecedoras. Revela também que os professores não fazem referência ao Programa dentro de sala de aula. Esses dados reafirmam também a importância da capacitação dos profissionais da rede pública de ensino. Nas mobilizações fomos surpreendidos quando muitos professores afirmaram não conhecer os critérios para adesão ao Programa. Sem a garantia de que os profissionais que lidam diariamente com os jovens estejam cientes da existência do Programa e de todo processo para adesão, fica difícil o alcance do público-alvo.

**GRÁFICO 1**



Ainda segundo o gráfico acima, podemos observar que a quantidade de alunos que conheceram o PRMJ através do CRAS ainda é baixa. Esta questão era aberta e mesmo o número de questionários aplicados sendo pequeno, a presença do CRAS em algumas resposta demonstra a importância que a divulgação também seja realizada por este equipamento. O CRAS e o CREAS por serem equipamentos municipalizados da Política de Assistência Social são instrumentos importantes na efetivação desse Programa como direito adquirido, principalmente por este ser direcionado a beneficiários do Bolsa Família.

**GRÁFICO 2**

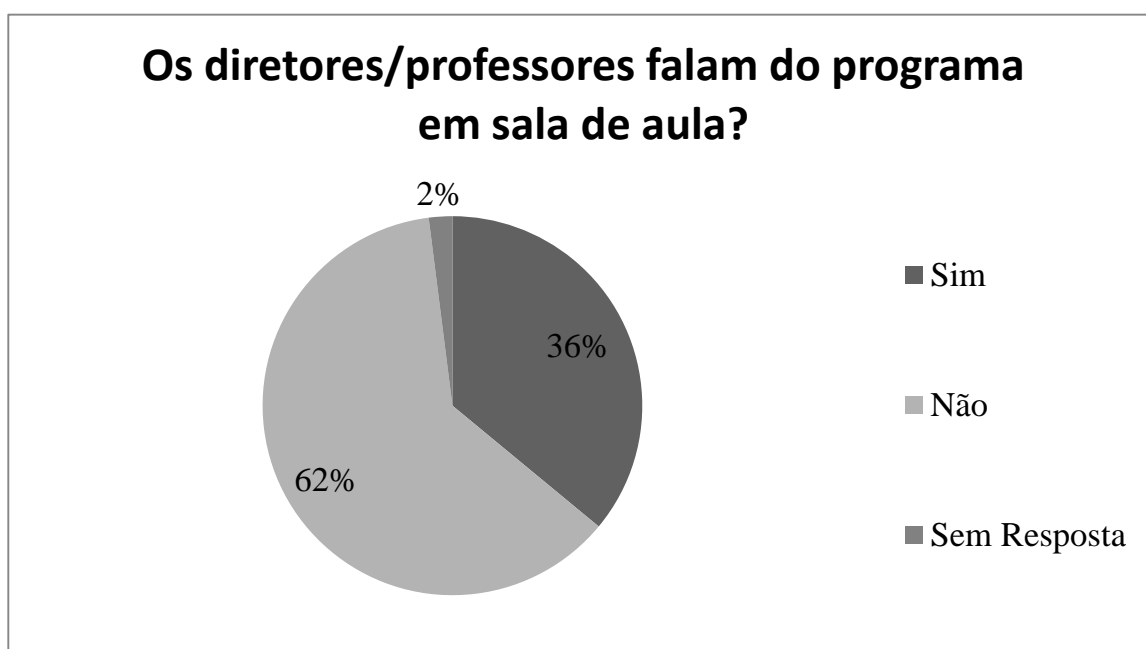


O gráfico 2 (dois) articulado com o gráfico 1 (um) permite a compreensão de que mesmo a maioria dos alunos considerando que os professores e diretores não possuem informações para motivar a participação ou até mesmo tirar dúvidas, ainda assim a escola permanece sendo o local privilegiado de divulgação do RMJ, já que é um Programa ligado à



educação. Parece contraditório, mas destaco que não podemos apontar que o Programa é totalmente desconhecido. Alguns professores já ouviram falar e alguns diretores conheciam o Programa, porém, como mostra o gráfico 3, não falavam sobre ele.

**GRÁFICO 3**



Pelo que percebemos, o RMJ não era trabalhado na escola, nem por professores, nem por diretores. Pela conversa com alguns professores, não houve uma capacitação realizada pela SEEDUC sobre o Programa, que estimulasse sua divulgação nas escolas. Diante do exposto fica clara a necessidade de que sejam repensadas estratégias que provoquem melhorias no Programa como um todo, desde sua elaboração até a implementação. Mesmo os gráficos representando uma pequena parte do universo de alunos na rede estadual de ensino, algumas inquietações podem ser provocadas, como é o caso da necessidade de capacitação não somente dos professores e diretores das escolas, mas também dos técnicos atuantes nos equipamentos municipais de assistência social.

Vale ressaltar no final deste capítulo, que ao jovem e a sua família (no caso de jovens menores de 18 anos) são preservados o direito à autonomia e ao protagonismo. O aluno

elegível não é obrigado a se inserir no Programa, a ele é resguardado o direito de como cidadão de direito conduzir a sua própria vida, porém mesmo que o aluno não queira participar do PRMJ, o mesmo tem direito de receber informações que o permitam exercer, inclusive, o direito de escolha – participar ou não participar. Para tanto, as informações devem estar de acordo com a sua diversidade cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado com a intenção de analisar como tem se dado a implementação do Programa Renda Melhor Jovem no Estado do Rio de Janeiro sob a perspectiva do direito socioassistencial. Também levou em consideração as dificuldades de acesso, os desafios para a divulgação e o grau de conhecimento do Programa dos profissionais que lidam diariamente com os jovens.

O estudo procurou apresentar uma breve análise da desconstrução histórica da visão que remetia à Política de Assistência Social um caráter filantrópico, destacando os principais pontos ocorridos a partir dos anos 30. O capítulo 1 (um) apresentou também as características formais e materiais que compõem a política em questão. Já no segundo capítulo, procurei apresentar o pano de fundo em que se insere o Programa Renda Melhor Jovem, objeto de nosso estudo, assim como apontar de que forma se dão a estrutura, as dificuldades de implementação e divulgação, trazendo, a partir disso, indicações de melhorias para ampliação do acesso a esse direito.

Logo, conclui-se, a partir da análise aqui trabalhada, que há impasses que colocam em xeque esse direito socioassistencial. Existem lacunas na elaboração do PRMJ que permitem o questionamento da sua funcionalidade. Dentre outras, aponto a questão do Programa não permitir que seus beneficiários ao longo do ensino médio passem por reprovações, se apresentando mais como um critério de exclusão, sem nenhuma análise dos motivos que levaram à reprovação, desconsiderando, inclusive, a estrutura sócio-familiar dos alunos.

A criação de planos, políticas, programas ou projetos, em qualquer área, necessita da elaboração de um planejamento.

Planejamento é um processo de racionalidade, ou seja, um processo inteligente, por meio do qual exercemos uma ação sobre determinada situação para a construção de outra nova, acoplando em si dimensões técnica

e política. (FRITSCH, 1996 p. 129)

Deve haver estudos que considerem os indicadores sociais do território e indivíduos ao qual a ação estará direcionada para que esta seja realizada de maneira que realmente atenda às necessidades sociais.

No campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. (Paulo de Martino Jannuzzi, 2005 p. 137)

A partir do momento que são estudadas estratégias de intervenção, com intuito de mudar a realidade vivenciada por determinado segmento, surge também à necessidade de que ocorra ampla divulgação dos programas, benefícios e serviços. O direito de acesso ao Renda Melhor Jovem e sua divulgação são questões que caminham juntas, sendo o primeiro dependente do segundo. Dito de outra forma, não basta que as ações sejam pensadas, e assim transformadas em um programa ou projeto, o acesso a elas depende do êxito na realização das diferentes formas de divulgação. Sem informação, o público alvo não é atingido.

Uma forma de divulgação, que claramente alcançou níveis satisfatórios de disseminação da informação, foi as mobilizações realizadas em parceria com o projeto de extensão. Essas atividades não geraram nenhum custo ao governo do estado, ou seja, foram produtivas tanto para o estado quanto para o grupo de extensão, que pôde se apropriar de como anda o desempenho do Programa, assim como de outras questões que o envolvem. Mesmo que realizadas em caráter piloto e enfrentando alguns obstáculos, as mobilizações demonstraram que são fortes meios de divulgação e com isso devem receber um olhar diferenciado da gestão do RMJ. Entendo que as mobilizações deveriam acontecer em todas as escolas estaduais, cabe a SEASDH buscar mais parceiros para o desenvolvimento dessa atividade. A experiência também deve ser buscada junto à outros grupos de pesquisa e

extensão.

Não posso aqui desejar que diante de tantos impasses e principalmente devido à falta de pagamento do benefício, que tem ocasionado descontentamento e indignação nos jovens elegíveis, que o Programa seja cortado. Temos que lutar por modificações em sua estrutura e maior comprometimento com ações para melhorar o acesso a esse direito. O Programa Renda Melhor Jovem não é uma concessão do governo do estado, faz parte de uma estratégia do Plano Rio Sem Miséria, tendo em vista que o aluno que completar o ensino médio terá mais oportunidade no mercado de trabalho, assim como mais chances de se inscrever em concursos públicos, já que a maioria exige pelo menos essa escolaridade, dentre outras possibilidades.

Vale lembrar, nesta conclusão, que não foi o jovem que procurou o estado para apresentar esta demanda, embora a demanda por ações que favoreçam a conclusão do ensino não seja nova, partiu do governo do estado a criação do PRMJ e este foi à procura dos alunos elegíveis para que pudessem se cadastrar. Com isso, é gerada uma expectativa no jovem e o não pagamento ou não cumprimento do pagamento no prazo tende a gerar frustrações neste aluno que já enfrenta, no seu dia a dia, diversas dificuldades.

A LOAS em seu artigo 4º prevê os princípios do respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, dentre outros. Ou seja, é direito do cidadão o acesso a benefícios socioassistenciais de qualidade. Trazendo essa reflexão para o estudo do PRMJ, isto requer que os impasses sejam resolvidos da melhor forma possível de modo a beneficiar os jovens.

Concluo, através desse trabalho, que se articulada a rede da educação com os equipamentos da assistência social, como o CRAS e o CREAS, o acesso a esse direito seria ampliado, mais que isso, o trabalho de incentivo para a busca desse direito poderia estar sendo desenvolvido pelos assistentes sociais e psicólogos atuantes nesta Política. Esta estratégia, no meu ponto de vista, alcançaria níveis satisfatórios de adesão ao Programa e com isso

ocasionaria mudanças positivas na vida desses jovens que é o que de fato se deseja atingir.

O Renda Melhor Jovem é um programa novo e ainda há muito o que ser feito. Cabe ao Estado o dever de viabilizar meios para que esses jovens saiam da situação de extrema pobreza e se reconheçam como sujeitos de direito, sabendo que o Programa não é uma mera concessão governamental.

Logo, sabendo que é a teoria que orienta a prática, se faz necessário à ampliação do debate acadêmico acerca das políticas sociais, dos programas e dos projetos que têm sido elaborados e implementados. Há também que se discutir, nos mais variados espaços, os ganhos e limites de cada ação e com isso, propor sugestões para melhorias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. In Cadernos ABESS nº7. São Paulo, Cortez Editora, 1997.

Abertura Política. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/abertura-politica/>. Acesso em 08 de Janeiro de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica de Assistência Social** – lei nº 8742 de 7 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. CapacitaSUAS Caderno 1 (2013) Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013, 144 p. : il.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/20-anos-da-lei-organica-de-assistencia-social/artigos\\_20anos\\_loas\\_v05.pdf](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/20-anos-da-lei-organica-de-assistencia-social/artigos_20anos_loas_v05.pdf) Acesso em 29 de Novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20plano-brasil-sem-miseria-1/plano-brasil-sem-miseria> Acesso em 18 de Janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF. 2009.

CARTILHA. Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha\\_CFESS\\_Final\\_Grafica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf). Acesso em 08 de Janeiro de 2015.

CHAVES, Vitor Pinto. **O direito a assistência social no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.

FRITSCH, R. **Planejamento Estratégico: Um instrumental para a intervenção do Serviço Social?**. Serviço Social e Sociedade. N. 52., p. 127 – 144. São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez Ed., CELATS (Lima-Perú), 1982.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. In: Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137 – 160. Abril/junho 2005, p. 137.

NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira* [livro eletrônico]: (1964 – 1985). São Paulo: Cortez, 2014, 1ª ed.

NETTO, J.P. FHC e a Política Social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação – um balanço do governo FHC**. Petrópolis, 3ª ed. Vozes, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Norma Operacional Básica – NOB / SUAS: Construindo as bases para implementação do Sistema único de Assistência Social**. Brasília, DF, julho de 2005.

Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>. Acesso em 15 de Janeiro de 2015.

REGO, Walquira Leão, PINZANI, Alessandro. **Vozes do bolsa família: Autonomia,**



**dinheiro e cidadania.** 1 ed. UNESP. 2013

Renda Melhor Jovem: Quem tem Direito. Disponível em <http://www.rendamelhorjovem.rj.gov.br/index.php/rmjovem/quemTemDireito>. Acesso em 16 de Janeiro de 2015.

SOUZA, F. V. Assistência Social e Inclusão Produtiva: Algumas Indagações. In: O Social em Questão. Rio de Janeiro, PUC - Rio, 2013.